

A POLÍTICA EDUCACIONAL SOB A DITADURA CIVIL-EMPRESARIAL-MILITAR NO INTERIOR DA AMAZÔNIA (1978-1985)

Marta Macedo Matos de Araújo
Universidade Federal do Pará (UFPA)
martamacedo@ufpa.br

Marcus Ribeiro
Universidade Federal do Pará (UFPA)
viniciusribeiro0188@gmail.com

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como objeto o processo de institucionalização de uma rede educativa no interior da Amazônia: a Unidade Integrada de Ensino Tucuruí (UIET), no período compreendido entre 1978 e 1985. Buscamos entender como a UIET se inseriu no contexto da educação paraense nos anos 1970/1980 e sua relação com as políticas educacionais adotadas pela ditadura civil-empresarial-militar no interior do Pará, como um contributo à História da Educação brasileira, regional e local. A opção pela pesquisa histórica documental utiliza em sua coleta de dados fontes documentais como Decretos, Atas, Memorial e Relatórios.

O trabalho apresenta dados de uma pesquisa que analisa a implementação de políticas educacionais na Ditadura Civil-Empresarial-Militar, na qual adotamos o termo em nossa pesquisa os estudos de Dreifuss (1981) que logo após o golpe civil-militar, realizado em 1º de abril de 1964, destaca um golpe de classe.

Desse modo este estudo é resultado das reflexões ocorridas durante os debates e revisão bibliográfica sobre a ditadura civil-empresarial-militar no Laboratório de Pesquisas em Memória e História da Educação (LAPEM/UFPA). Nesse contexto buscamos compreender as características da política educacional dominante no período militar, para um melhor entendimento sobre a concepção de educação que as nortearam e as implicações que as medidas governamentais tiveram sobre a estrutura do ensino. Partimos da concepção de Vieira (2009, p. 22) de que as ações governamentais são denominadas políticas públicas e no âmbito social, são chamadas de políticas sociais, por isso, é “importante reter a noção que o Poder Público desenvolve um conjunto de iniciativas que se denominam políticas”. Dessa forma, as políticas educacionais se

revelam como uma dimensão das políticas sociais, fato corroborado por Germano (2011, p. 106) quando esclarece que “a política educacional resulta da correlação de forças sociais existentes em determinado contexto histórico”.

Durante 21 anos, os governos militares influenciaram a política educacional no Brasil dentro de um contexto capitalista, favorecendo conglomerados internacionais e grandes grupos econômicos. Na Amazônia, essa política foi impactada por fatores como sociobiodiversidade, extensão territorial e desigualdade social. A educação no regime empresarial-militar priorizou a privatização do ensino, legitimando sua mercantilização, fortalecendo aliados políticos da ditadura e servindo à lógica capitalista.

DESENVOLVIMENTO

É importante destacar que as políticas públicas do período civil-militar não foram gestadas apenas pelas agências militares, mas também na confluência com as demandas e jogos de força da sociedade civil multifacetada. Contudo, para Freitag (1980), em nenhum período da história da educação brasileira, as iniciativas governamentais na educação foram tão intensas quanto no período de 1965 a 1975. Isso porque, além das conferências estaduais; planos globais e setoriais em que a educação era vista como fator estratégico do desenvolvimento, houve a redefinição das leis para as três etapas de ensino e a reformulação do currículo, sempre trazendo o enfoque econômico para o conceito de educação. Assim, o objetivo é revisitar as ações governamentais para maior compreensão e contexto do período proposto.

Nos “anos de chumbo”, o capital internacional e local se uniu para fortalecer a economia capitalista, enquanto o regime priorizava a formação de técnicos e promovia valores como individualismo, meritocracia e privatização. Durante a ditadura empresarial-militar, direitos políticos foram suspensos, eleições diretas abolidas e partidos extintos, restando apenas a governista Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e o opositor Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Houve repressão a movimentos sindicais e sociais, e a União Nacional dos Estudantes (UNE) foi extinta, sendo substituída por um diretório estudantil alinhado à ideologia militar.

Sobre a política educacional da época, Germano (2011) indica que é necessário conhecer o Estado, o regime político, seus mecanismos de funcionamento, porém, não de forma estática, como se o regime fosse um ator único. O regime apresentava um discurso

de inclusão de ordem e progresso, porém, na verdade foram outras intenções, pois a política educacional da época demonstrou-se excludente, um grande engodo. É importante enfatizar que

além da interferência na esfera econômica, “o estado concedeu decisivo apoio à reprodução de certos capitais nominais, ou seja, para empresas específicas, ao efetuar verdadeiras doações ao capital privado sob a forma de incentivos e subsídios fiscais e creditícios, concretizando a transferência de recursos financeiros do setor público para o privado. (Germano, 2011, p. 75).

Sob esse ponto de vista, a política educacional se desenvolveu basicamente a partir do controle político e ideológico da educação escolar em todos os níveis, com relação direta e imediata entre educação e produção capitalista, baseada na “teoria do capital humano”. Houve, então, incentivo à pesquisa vinculada ao acúmulo de capital e à falta de financiamento para a educação pública e gratuita, incentivando a participação do setor privado na extensão da educação.

A análise da política educacional requer um conhecimento do Estado e dos mecanismos de funcionamento na medida que demonstra uma forma de dominação e atua em diversos setores da sociedade. No caso da educação, podemos dizer que se tornou peça-chave e estratégica para legitimação do poder, pois os governos militares delinearam e executaram grandes reformas educacionais (Leis n. 5.540/68 e 5.692/71). As reformas objetivavam a promoção da racionalidade tecnocrática, aliada ao projeto de crescimento econômico, mas se caracterizaram por se constituírem, como diz Germano (2011), num mecanismo de exclusão dos despossuídos da escola.

A relação entre o Estado e a sociedade amazônica durante a ditadura civil-empresarial-militar foi marcada por uma série de tensões e conflitos. O regime buscou implementar um projeto de desenvolvimento que visava a integração da Amazônia ao restante do País, frequentemente à custa das comunidades locais e suas práticas culturais. Essas políticas, muitas vezes desconsideravam as especificidades da região e as necessidades da população, gerando resistências.

As políticas educacionais durante a ditadura civil-empresarial-militar foram fortemente influenciadas por um discurso nacionalista que priorizava a formação de um cidadão “patriótico” e “submisso”. Diante disso, precisamos analisar as reformas educacionais a partir do viés reformista, indicando que não foram instaladas apenas políticas educativas autoritárias, mas uma nova ordem educativa.

Vários acontecimentos revelaram um panorama complexo das relações entre Estado e sociedade, evidenciando como as políticas educacionais moldaram e foram moldadas. Como afirma Cunha (2014, p. 914) “as políticas públicas do período civil-militar não foram gestadas apenas pelas agências militares, mas também na confluência com os desmandos e jogos de força da sociedade civil multifacetadas”.

As reformas educacionais da ditadura atendiam tanto aos interesses militares quanto da burguesia, reforçando desigualdades por meio de incentivos ao grande capital. A educação emancipatória foi substituída por um ensino voltado à submissão e ao conformismo. O sistema educacional tornou-se instrumento de controle social, moldando alunos dentro dos princípios do regime, com disciplina rígida, censura de conteúdos e ênfase em valores nacionalistas. Além de controlar o ensino, o governo utilizou a educação como ferramenta de doutrinação ideológica.

CONCLUSÕES

O trabalho nos mostrou claramente a educação que não queremos que se repita: a da exclusão, ou seja, aquela que segrega, pois mesmo com todas as lutas e conquistas, o cenário ainda é de desigualdade social. No entanto, nada comparado ao período estudado. Esta tese foi feita com esta intenção de compreender um pouco mais a História da educação na Amazônia e suas contradições, bem como para reforçar a educação como direito e não como privilégios de alguns.

A análise se concentrou em como as práticas educativas foram moldadas por um regime que controlava não apenas as informações, mas também as narrativas sobre identidade, cultura e desenvolvimento regional. A partir da análise dos dados coletados, buscou-se contribuir para uma compreensão mais ampla do legado da ditadura civil-empresarial-militar na educação brasileira e suas repercussões até os dias atuais. O impacto dos resultados é significativo, pois oferece uma nova perspectiva sobre a educação na Amazônia, desafiando narrativas que frequentemente a simplificam.

Nossos problemas foram piorados pela ditadura, precisamos estudar e insistir nisso para não permitirmos a volta de uma intervenção militar e lembrarmos que a resistência deve ser crescente ao longo dos anos, tanto de movimentos populares quanto de setores da sociedade civil.

REFERÊNCIAS

CUNHA, Luiz Antônio. Ensino Profissional: o grande fracasso da ditadura. ***Cadernos de Pesquisa***, v. 44, n. 154, p. 912-933, 2014.

DREIFUSS, René Armand. 1964: a conquista do Estado. Ação política, Poder e Golpe de Classe. E. ed. Petropolis: Vozes, 1981.

GERMANO, José Willington. **Estado militar e educação no Brasil (1964-1985)**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

VIEIRA, Sofia Lerche. **Educação Básica: política e gestão da escola**. Brasília : Liber livro, 2009.